



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento habitacional “Projeto Fazenda Baixadão”, de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, realizada na cidade de Ribeirão Preto, no dia 30 de março de 1999.

Realizou-se no dia 30 de março de 1999, às 19:00 horas, na Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, localizada na Rua Visconde de Inhaúma, 489, na cidade de Ribeirão Preto, a Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento habitacional “Projeto Fazenda Baixadão”, de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Dando início aos trabalhos, o Secretário Executivo do Consema, Germano Seara Filho, ofereceu os seguintes esclarecimentos: que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Deputado Estadual Ricardo Tripoli – que, não podendo estar presente, havia-lhe pedido para representá-lo – saudava e dava as boas-vindas a todos que haviam comparecido para tomar parte nesta audiência pública e que passaria a compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, chamando para dela fazer parte a representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais, Ana Cristina Pasini da Costa, esclarecendo que, não havendo nenhum membro do Consema presente, seu lugar ficaria vago. Em seguida, apresentou as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 50/92 para a realização de audiências públicas. Depois, passou a palavra ao representante da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, Arq. Antonio Lopes Balao Filho, que, durante 15 minutos, ofereceu, entre outras, informações sobre o empreendimento, seus objetivos social e econômico, a população à qual se destinava, a forma e as etapas da construção, o modo de financiamento, os aspectos cultural e histórico da área de localização, o projeto paisagístico e a infra-estrutura com que contará. Em seguida, fizeram uso da palavra os Professores Dante Contim Neto e Nivar Gobbi, que ofereceram informações tanto sobre os profissionais que compunham a equipe multidisciplinar responsável pela elaboração do EIA/RIMA como acerca dos diversos aspectos do projeto, a metodologia utilizada para a elaboração do Estudo, o qual se encontra à disposição dos interessados. Em seguida, fez uso da palavra o representante indicado pelas Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, José Marcelino Rezende Pinto, que teceu, entre outras, as seguintes considerações: que lembrava uma outra audiência pública realizada em Ribeirão Preto e igualmente protagonizada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente sobre o poliduto da Petrobrás, empreendimento este que, na época, gerou grande polêmica entre o “desenvolvimento” e a “conservação ambiental”; que, após aquela audiência histórica, foram possíveis mudanças significativas no empreendimento, que hoje se localiza em Ribeirão, num local muito mais adequado do ponto de vista ambiental do que aquele anteriormente proposto; que, para se ter uma idéia, no local onde se pretendia fazer uma base com tanques de gás, tanques de combustível, se localizava atualmente um bairro residencial, não se podendo, pois, imaginar o sério impacto ambiental que esse empreendimento provocaria na cidade se não houvesse sido modificado o projeto original; que a importância dessa audiência era ela ocorrer ainda no momento prévio à implantação do empreendimento quando ainda poderiam ser feitas alterações no projeto original; que era justamente por este motivo que a Constituição exigia este estudo prévio de impacto ambiental, porque dava oportunidade de serem feitas alterações, atitude esta mais benéfica do que correr atrás, pois remediar geralmente saía muito mais caro e, na maior parte das vezes, não resolvia o problema; que esta era a razão de ser do Estudo que estava à disposição de todos, o qual, afinal, era pequeno em relação ao empreendimento, pois quem já tinha experiência de participar de outras análises de estudo de impacto ambiental esperava um estudo mais aprofundado; que, portanto, a primeira questão que colocava em decorrência da análise que fizera do Estudo era sua falta de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

profundidade, pois, apesar de a equipe que o elaborou ser extremamente profissional e capacitada, o estudo pecava em alguns momentos pela tendência a generalizações; que fazia sugestões não com a intenção de polemizar com a equipe que elaborou este Estudo, mas, sim, de alertar para algumas teses que, na sua opinião, tinham de ser aprofundadas; que era importante informar aos presentes que fora feita uma pré-apresentação desse Estudo para o Comdema, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, órgão do qual fazia parte; que este órgão alertara para uma série de problemas, que, a seu ver, infelizmente também não haviam sido devidamente contemplados; que, como já dissera, a primeira característica desse Estudo era ser muito genérico, embora já existissem em Ribeirão Preto bancos de dados dos quais simplesmente poderiam ser retiradas as informações de que se necessitava; que ele fez poucos estudos *in loco*, com exceção daquele elaborado sobre a fauna e flora; que se trabalhou em cima de um levantamento das espécies significativas e que a precariedade da situação constatada fez com que o expositor, em alguns momentos, passasse uma visão extremamente pessimista; que analisara o impacto que realmente se daria sobre a mata e que, ao constatar o número de espécies que ainda viviam e sobreviviam, chamou sua atenção a responsabilidade que se teria com o avanço desse empreendimento; que lembrava outro evento importante na história do Município, que fora a discussão sobre o loteamento Ribeirão Verde, o qual teria sido acompanhado por alguns dos presentes, tratando-se de uma experiência ambiental que deu lugar a várias exigências ambientais e medidas mitigadoras por iniciativa do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente; que, salientava mais uma vez que, diante desse passado, sua expectativa ao ler o Estudo que ora se analisava era de que se avançava e, qual não fora sua decepção, ao notar que isso não ocorrera, pois, ao contrário, constatara um certo retrocesso, por serem muito tímidas as medidas mitigadoras propostas, permanecendo, no máximo, no âmbito da educação ambiental, o que, de certa forma, era complicado, porque, em última análise, penalizava a população, uma vez que ela nem conhecia o problema nem estava preparada; que, em vez de se fazer sugestões que ficavam no âmbito da educação ambiental, se deveria propor medidas concretas, e que este era o momento mais adequado; que outro fato que o levou a ficar pessimista em relação a este empreendimento fora a semelhança entre este estudo e aquele feito para o loteamento Ribeirão Verde, sobretudo a descrição contida na página 171, pois, até onde se lembrava, ela constava do Estudo de Impacto Ambiental desse empreendimento, como também a outra referência que dizia respeito ao Córrego das Palmeiras, pois quem também enfrentou esta situação foi o empreendimento Ribeirão Verde; que outra questão dizia respeito à correspondência entre este Estudo e o Rima, pois, quando se comparavam os dois, se constatava que uma série de aspectos negativos realçados no Estudo eram atenuados no RIMA; que o exemplo mais ilustrativo relacionava-se com as bacias de contenção; que outra questão muito séria também era o tipo de argumentação utilizada para justificar a viabilidade ambiental do empreendimento, pois era clara sua importância econômica e social, aspectos sobre os quais havia consenso; que, quando foi apresentada a matriz, o cenário era negativo e, depois, se tornou positivo, pois se somaram dados como emprego, desenvolvimento regional, planejamento municipal, o que dava uma falsa ilusão para a população e se mascarava o impacto ambiental negativo e também as formas de minimizá-lo ou compensá-lo; que outro aspecto a ser mencionado dizia respeito à citação, feita com frequência, dos moradores do local e da região e do testemunho deles sobre a existência de tais e tais bichos, embora só o Senhor Fortunato, que, quem já teve oportunidade de ir lá, pôde conhecer, e que bravamente lutava para preservar o que restava, tivesse realmente condições de dar seu testemunho; que, nas páginas 155 do Estudo, era citada a falta de números objetivos sobre o *déficit* de moradia, embora, segundo sua visão, se não existiam esses dados em Ribeirão Preto, o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Estudo deveria tê-los produzido com a realização de pesquisa, avançando um pouquinho, e não apenas constatando o que não existia na cidade; que isso era o mínimo que se esperava de uma Estudo que, segundo rumores, custou em torno de 70 mil reais, o que era uma quantia significativa; que, ao se levar os futuros moradores para um lugar diferente daquele onde atualmente residiam, se geraria um impasse ao se retirar as pessoas de um local que já tinha serviços públicos instalados, que, de uma forma ou de outra, atendia a essa população, e que levá-las para outro lugar, onde estes serviços teriam que ser criados causava um certo problema; que justamente eram por problemas dessa natureza que a primeira pergunta a ser respondida pelo RIMA era sobre o ganho ambiental que sua realização, e que sua não-realização, implicavam; que, neste caso, por exemplo, se deveria examinar se efetivamente existia a demanda ou se se estaria simplesmente deslocando a população de Ribeirão Preto de um lugar para o outro, pois, ao invés de se resolver o problema, se estaria criando outro, e que infelizmente não tinha uma resposta para esta questão; que na página 161 era citado que o empreendimento previa várias escolas, quando se sabia que não estavam sendo construídas atualmente nem as escolas necessárias para se atender uma demanda existente há anos; que outro aspecto relevante dizia respeito à possibilidade referida no EIA do uso dos equipamentos próximos, quando se sabia, inclusive, que, no caso das escolas, não havia vagas, pois cada sala de aula atendia atualmente mais de 40 alunos, e que uma análise mais aprofundada acerca dessa situação teria feito este Estudo avançar; que, no que dizia respeito à história da fazenda, seria importante ter sido realizada uma pesquisa sobre ela, pois esta deveria ter sido uma das tarefas realizadas pela equipe; que as questões específicas diziam respeito, em primeiro lugar, ao sistema viário, ao seu alto percentual e, em contrapartida, ao pequeno percentual destinado às áreas verdes, que sequer atendia àquilo que era determinado pela legislação, além de atingir áreas de preservação permanente; que outra questão específica dizia respeito às bacias de contenção, pois o projeto havia calculado o período de retorno igual a 100 anos, o que era muito grande para esse tipo de projeto e que este cálculo deveria ser refeito, considerando-se o período de retorno igual a 20 anos; que não havia estudo sobre a captação nas lagoas, pois, a partir das simulações feitas, constatou-se que a altura da água era muito superior; que, embora não fosse especialista na área, constatara problemas muito sérios nesse âmbito, dado que as lagoas mostraram uma captação muito pequena, razão porque os estudos deveriam ser refeitos; que, na verdade, existiam duas matas, uma que há apenas dois anos era uma mata muito bonita, e uma outra que aparecia muito degradada e cujos limites e dimensionamento só poderiam ser obtidos pelo DEPRN; que o Estudo mostrava a existência de 51 espécies de aves na várzea e 30 na mata, cuja sobrevivência dependia da manutenção das matas e da várzea; que o Estudo citava que, na mata degradada, havia uma espécie de mamífero ameaçada de extinção - um sagui - e que a várzea era o refúgio mais importante para ela; que a várzea era uma área de preservação permanente e que a legislação era muito severa em relação ao seu uso, embora não houvesse nenhuma referência a esse respeito, embora isso pudesse ser uma falha sua; que, se implementada a proposta da bacia de contenção, simplesmente se acabaria com o maior refúgio das aves e o maior refúgio dos mamíferos; que, em relação às medidas mitigadoras, elas eram muito tímidas; que, por exemplo, a única medida referida em relação a uma das matas era que ela deveria ser cercada, e nada era dito em relação àquela que se encontrava degradada; que, no que dizia respeito ao projeto de educação ambiental, a exigência do Comdema era que o censo fosse o primeiro item a ser entregue, o que não aconteceu; que, em relação aos saguis, a única medida mitigadora proposta para a sua permanência na mata era retirá-los de lá e levá-los para outro local, o que considerava uma confissão de derrota, uma confissão de incompetência; que a questão da guarda da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

mata era fundamental; que, no que dizia respeito à recuperação da várzea, achava necessário, no mínimo, um estudo aprofundado; que a bacia de contenção não convencia, mesmo porque na região era crítico o problema de enchente; que boa parte do sistema de lazer seria o entorno das lagoas de contenção e que, além de ser proibido tal uso das lagoas, se teria a lagoa seca na época da seca; que foi dito que, por se tratar de um empreendimento público, a questão ambiental era facilitada, argumento este do qual, infelizmente, discordava, pois a experiência mostrava que às vezes era mais fácil fazer com que o particular cumprisse as exigências do que o Poder Público; que um exemplo claro dessa dificuldade acabava de ser dado quando foi dito que os portais e o fogão de lenha da sede da fazenda haviam sido roubados e que o telhado havia caído, motivo por que tinha muito medo do Poder Público, pois, como se via, embora fosse obrigação do Poder Público executar, por exemplo, o tratamento de esgoto, em Ribeirão ele não era tratado, e que o Consema deveria estar atento a isso; que, para se executar um empreendimento, deveria preservar-se pelo menos 20% da área total, além de conservar-se a área de preservação permanente, o que obrigava que um empreendimento como esse tivesse algo mais de 20% de sua área em sistema de lazer e área verde, pois isso era o básico, era o ponto de partida, se realmente se pretendia avançar; que, nos mapas, as benfeitorias desapareceram, e que se detivera mais no RIMA, porque, bem ou mal, era nele que o Consema se baseava, o que tornava necessário que ele tivesse uma descrição muito minuciosa de tudo que constava do memorial; que, no mapa, aparecia uma nascente e que, ao se verificar no RIMA, se constatavam duas nascentes; que as caixas de filtragens, ou de filtração, eram uma tecnologia nova, e o que conseguira achar, não no RIMA, mas no Estudo, era uma descrição de meia página sobre essa tecnologia extremamente experimental; que tinha a impressão de que este trabalho havia sido feito às pressas e que esperava que, após esta audiência, se avançasse nos estudos, pois não era contrário a este empreendimento, e, sim, favorável a que se fizesse um esforço para que sobre ele se executasse um efetivo balanço ambiental, com vistas a se compensarem as perdas. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes das entidades da sociedade civil, tendo feito uso da palavra José Clóvis G. Lopes, presidente do Comdema; Maurício Marques Baldoíno, representante do Conselho do Bairro Ipiranga; Sérgio Veráguas Sanchez, representante da CATI-Associação de Engenharia; Manoel Eduardo Tavares Ferreira, representante da Associação dos Criadores de Abelha; Marcelo Pedroso Goulart, Promotor do Meio Ambiente; Rômulo Prata, representante do Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto; Reinaldo Romero, representante da Federação Pardo Grande de Entidades Ecológicas Ambientalistas; Waldomiro Martins da Silva, representante da Federação das Associações de Bairro de Ribeirão Preto; Adelino Bernardo de Souza, representante da entidade Pau Brasil; e Losmar Pereira França, representante da Associação dos Moradores do Jardim Marquese e Santa Rita, que teceram, entre outras, as seguintes considerações: que o projeto estava com problemas e que se tinha a felicidade de estar colaborando para que pudessem ser feitas algumas alterações; que não funcionariam os projetos de orientação, razão por que, em seu lugar, se deveria ter leis e, nas escolas, educação ambiental; que, para se ter uma idéia de como as pessoas não seguiam as orientações, bastava ver como os fiscais que multam carros estacionados indevidamente jogam o carbono do talonário no chão; que isso ocorria em todo lugar e que, então, não adiantaria falar, pois, de fato, as pessoas aprendiam na escola; que as áreas próximas ao empreendimento já se encontravam sobrecarregadas, razão por que deveria fazer-se uma reforma, uma ampliação dos equipamentos nelas existentes, para que elas adquirissem condições de atender a população da região; que existiam na área 300 árvores, que, enquanto se estava tomando conta, elas estavam se mantendo vivas, mas que, infelizmente, mais de 60% já haviam morrido, pois, por falta de condições,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

por falta de pessoas, por falta de recursos, não estavam sendo comprados nem aplicados inseticidas; que, atualmente, apenas 40% das espécies sobreviveram; que, recentemente, se teve a oportunidade de ver, através da mídia, o que ocorreu em São Paulo com pessoas que, para dar vazão a sua vontade de nadar, acabaram perdendo a vida; que deveria constar deste Rima a contrapartida pelo não-cumprimento das medidas, pois se sabia que o Poder Público tinha tantos afazeres que seus rendimentos não eram suficientes para contemplar tudo; que este empreendimento acabaria sendo irreversível; que se tinha preocupação com a geologia da área, principalmente com a área de várzea que precisava ser preservada; que, pelo fato de se construir nas margens dos Rios Tietê e Pinheiros, ocorriam sistematicamente as enchentes, que penalizavam todo o comércio e toda a população que morava nas suas margens; que se deveria, por estas razões, priorizar a preservação de algumas áreas, principalmente daquelas que ainda se encontravam preservadas, pois, depois que se cometeu o erro, não adiantava tentar consertá-lo com essas caixas de retenção ou qualquer outro mecanismo, pois estas soluções não resolveriam, apenas amenizariam; que outra questão importante dizia respeito ao Estudo de Impacto Ambiental, na medida em que continham o vício de não buscarem novas alternativas; que chamava a atenção de todos sobre a importância da aplicação da legislação ambiental, que possibilitava a participação popular na implantação desse tipo de empreendimento; que não se encontrara nada de concreto sobre áreas verdes no Estudo de Impacto Ambiental; que, como os serviços de infra-estrutura das áreas próximas ao empreendimento já se encontravam sobrecarregadas, considerava-se importante, desde já, começar-se a execução de uma reforma ou ampliação dos equipamentos existentes na região; que, em virtude da imposição legal, deveria ser respeitada a área de preservação permanente, e que sobre esta exigência, como também sobre aquela relativa à reserva legal, nenhuma referência havia no RIMA, e que esta era uma das preocupações do Ministério Público com este empreendimento; que a ocupação do solo nas áreas urbanas era o que causava enchentes, e, justamente, esse desrespeito à natureza e à preservação era um ponto a ser destacado no EIA/RIMA; que outro fator importante era o estado da sede do Horto Florestal, levando-se em conta, sobretudo, que Ribeirão Preto possuía um dos piores índices de área verde do Estado de São Paulo; que esta era mais uma razão para se aproveitar essa área verde, garantindo-se lazer para a população; que era importante que esse Estudo garantisse a intervenção humana e tornasse claro o que significava preservação, o que significava recuperação e o que significava modificação do solo; que era justo e necessário debater-se esse loteamento e se assegurarem as formas de negociação com a Prefeitura, com o empreendedor, haja vista o que se sofreu no passado com a implantação do novo shopping de Ribeirão Preto, quando se iniciou um processo de negociação da preservação da mata com o empreendedor, no dia 23 de dezembro de 1996, e, dois dias depois, passou-se uma máquina que a derrubara; que, atualmente, a cada ano que se passava, uma pequena chuva inundava a cidade pela não-preservação das várzeas, razão por que era importante o processo de negociação, para se fazerem as amarrações necessárias; que era necessário esclarecer-se como seria feito o processo de arborização e que sua proposta era que os moradores recebessem os lotes, comessem a construir suas casas e recebessem uma muda de árvore. Passou-se à etapa em que se pronunciavam as pessoas presentes em seu próprio nome, tendo feito uso da palavra Antonio Lorenzato, Renato Asséf, Sérgio Clóvis M. da Cunha e José Rubiano, que teceram, entre outras, as seguintes observações: que não se concordava com a invasão de terras nem com a desapropriação de lotes; que se quis comprar lote no loteamento Planalto Verde, com muita dificuldade, fez-se tudo o que precisava, mas não se conseguiu, porque tinha uma área de várzea e essas coisas todas que não entendia, e que devia haver uma forma diferente de se preservar a várzea;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que os debates foram feitos de forma geniosa e democrática e que todos estavam de parabéns; que quem morava em Ribeirão Preto, vivenciou a implantação de conjuntos habitacionais, viu o sofrimento das famílias dessa cidade quando foram habitar o complexo do aeroporto, composto por vários bairros; que agora se estava no céu e as pessoas não tinham do que se queixar, pois o avanço foi grande; que se achava que esse tipo de debate deveria ser feito com maior frequência e que, em se tratando de um empreendimento grande como esse, deveria ocorrer um número maior de debate, de maneira que todos esses problemas que apareceram fossem, de imediato, resolvidos, porque a população tinha pressa e todo homem, todo pai de família, queria o seu lar; que esta reunião não deveria tornar-se um impasse e constituir um empecilho para se obter uma união de forças; que não importava quem estava no poder, importava, sim, quem iria usufruir de um projeto como esse; que, quanto ao tratamento de esgoto em Ribeirão Preto, tinha de concordar que este tratamento já deveria estar pronto e concluído, pois só a população de Ribeirão Preto sabia que ele não havia sido executado, porque se se perguntasse ao Brasil inteiro, se responderia que este Município tinha 100% do seu esgoto tratado, pois a mídia foi usada de maneira mentirosa, e ela deveria ser usada para a educação ambiental, nas escolas, nos jardins de infância, nas creches municipais e particulares; que se esperava que todos os presentes se unissem como irmãos e filhos da mesma terra, pois mesmo aqueles que não haviam nascido no Município, já o haviam adotado como uma terra para viver e criar suas famílias; que se tinha um deficit habitacional na cidade de 30 mil pessoas, que precisava ser equacionado para que se pudesse atender às pessoas que chegavam à Companhia de Habitação clamando por um lote, clamando por uma casa, porque não agüentavam pagar mais aluguel; que o Prefeito estava pedindo 2 anos para construir duas passarelas, para evitar a morte daqueles que residiam na periferia; que a questão ambiental era importante e que essa reunião fora muito produtiva e interessante; que a confluência de interesse serviria para conservar o patrimônio histórico; que se deveriam buscar soluções para este empreendimento, que era um investimento importante para a cidade, desde que se mantivesse ao máximo a preservação do meio ambiente no local; que, no âmbito da educação ambiental, a preocupação deveria ser encaminhar sugestões e achar soluções que agilizassem esse processo, porque havia muita gente esperando a finalização, para poder realizar o sonho da casa própria; que era importante que todo Poder Público, todo ambientalista, todas as pessoas interessadas na cidade de Ribeirão Preto se unissem em torno desse projeto, para que ele fosse implantado num prazo que não excedesse a paciência da população; que deveria ser esclarecido o tipo de árvore que seria plantada na frente das casas. Passou-se à fase em que se manifestam os representantes do Poder Executivo, tendo feito uso da palavra José Rubiano, Secretário Municipal de Gestão Ambiental, que teceu, entre outras, as seguintes considerações: que concordava com o ponto de vista do Professor Marcelino de que a educação ambiental não deveria ser a saída para todos os problemas dessa natureza nem a solução para todo tipo de impacto ambiental, pois se tratava de um processo longo, que deveria começar logo cedo, com a formação da criança; que a Secretaria que administrava iria entrar em contato com a Secretaria Municipal de Educação, na perspectiva de que fossem buscadas saídas para que a educação ambiental começasse definitivamente nas escolas; que, com relação ao processo migratório, tratava-se de uma questão meio complicada e que se deveria iniciar uma discussão a esse respeito; que, em breve, se iniciaria em Ribeirão Preto uma discussão sobre a recuperação do seu centro histórico, pois, se não se tomar nenhuma providência, dentro de 20 anos o centro de Ribeirão Preto se tornaria uma grande baderna, com a área comercial se deslocando para outros eixos, razão por que era importante começar essa discussão agora; que dentro de poucos dias haveria um seminário para discutir e debater a questão do transporte público da cidade e que a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

idéia era que essa discussão envolvesse um bom número de pessoas, principalmente da periferia, e que, para ele, estavam convidados o Consema e todos os órgãos ambientais. Fez uso da palavra, em seguida, o Prefeito do Município, Luiz Roberto Jabali, que expôs os seguintes pontos de vista: que, quando tomou posse da Prefeitura, foi procurado pelo proprietário desta Fazenda, que informou estar ela à venda para empresas particulares, e que, antes das eleições, um dos compradores era a sua empresa construtora, que tirou empréstimo para loteá-la; que, quando foi eleito, falou com seus sócios que, como se tornara Prefeito, quem iria comprar a Fazenda seria a Prefeitura, e que a empresa não iria ganhar nada com isso, pois se iria servir a quem realmente precisava de casa própria, que não tinha dinheiro para comprar, mas pagava um aluguel, que estava em torno de 200 ou 250 reais; que havia feito algo que nunca foi feito na história de Ribeirão Preto até hoje, uma desapropriação amigável, com pagamento já pré-condicionado, para que, durante sua gestão, o débito fosse liquidado com o proprietário, para que não restassem encargos para o futuro prefeito ou para a cidade pagar 10 vezes mais; que faltavam apenas duas prestações para se terminar de pagar a Fazenda Baixadão; que, durante a negociação, havia um estudo feito por um grupo de pessoas, segundo o qual deveriam ser construídos no terreno 8 mil lotes, razão por que, quando se adquiriu esse terreno, falou-se em 8 mil lotes, e que, por um pedido seu, aumentou-se a metragem dos lotes; que esse projeto, como foi mostrado, contemplava tudo e acreditaria que ele seria um dos melhores conjuntos populares do Brasil; que um conjunto semelhante, o Planalto Verde, vendia seus lotes por 12, 13, 14 mil reais, enquanto que a Prefeitura entregava-os por apenas 5 mil e poucos reais, 33% do valor de venda desse outro empreendimento; que se conseguiu com o Governador Mário Covas o financiamento para compra dos materiais de construção para serem utilizados no sistema mutirão; que havia 18 mil famílias já inscritas, cobrando da administração municipal a execução das obras, pois continuavam pagando aluguel; que quem assistia TV ou ouvia rádio escutava as perguntas que eram feitas sobre o início das obras da Fazenda Baixadão; que a sua missão na Prefeitura era fazer com que as pessoas fossem mais felizes, que muitos habitantes iriam ter casa própria, iriam ser mais felizes do que aqueles que queriam uma avenida, uma praça, uma creche; que se estava fazendo realmente aquilo que as pessoas necessitavam; que solicitava àqueles que cuidavam do meio ambiente, que cuidavam da aprovação das plantas, que acelerassem esse processo, porque se tinha pressa. Passou-se à etapa em que se pronunciavam os parlamentares, tendo feito uso da palavra Cícero Gomes da Silva, Vereador do Município pelo PDT, que teceu, entre outras, as seguintes considerações: que todos os Vereadores, sejam da oposição ou da situação, cobravam do Prefeito uma solução para as 30 mil pessoas que moravam nos 5 mil barracos das favelas do Horto Municipal; que esse era o melhor projeto para Ribeirão Preto, principalmente para a população que não tinha onde residir; que esse conjunto seria o melhor já construído em Ribeirão Preto e que, como prometeu o Prefeito, ele contaria com escola, posto de saúde e todos os equipamentos necessários para uma boa qualidade de vida; Passou-se à fase das réplicas, tendo feito uso da palavra o Arquiteto Antonio Lopes Balao Filho, representante do empreendedor, e o representante das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, José Marcelino Rezende Pinto, que fizeram comentários sobre algumas questões. E, como mais nada foi tratado, foram declarados encerrados os trabalhos. Eu, Germano Seara Filho, lavrei e assino a presente ata.

GSF-PS